SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Desenvolvimento como categoria ontológica: os pressupostos filosóficos da obra de Ignácio Rangel

Álvaro Tavares

https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Submetido em: 2026-11-21
Postado em: 2026-11-23 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

DESENVOLVIMENTO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA

Os pressupostos filosóficos da obra de Ignácio Rangel

DOI: 10.25091/S01013300202600030010

ÁLVARO TAVARES*
https://orcid.org/0000-0002-2629-2246

Resumo

Fruto da influência de Marx, os pressupostos filosóficos da obra de Ignácio Rangel se expressam através da ideia de que desenvolvimento é um processo ontológico. Neste artigo, através de uma revisão de literatura, analisa-se como esta ideia está presente na tese da dualidade básica da economia brasileira e na da abertura do complexo rural. Por fim, demonstra-se que a categoria "totalidade" evidencia a relevância de outras ciências sociais (e não apenas da economia) para a compreensão do desenvolvimento.

Palavras-chave: *desenvolvimento*; *Ignácio Rangel; ontologia; subdesenvolvimento*

Development as an Ontological Category: The Philosophical Assumptions of Ignácio Rangel's Work

Abstract

Influenced by Marx, the philosophical assumptions of Ignácio Rangel's work are expressed through the idea that development is an ontological process. This article, through a literature review, analyzes how this idea is present in the thesis of the basic duality of the Brazilian economy and in that of the opening of the rural complex. Finally, it demonstrates that the category of "totality" shows the relevance of other social sciences (and not just economics) for understanding development.

Keywords: *development*; *Ignácio Rangel*; *ontology*; *underdevelopment*

Introdução

Muito se tem falado sobre a dimensão criativa, multidimensional e controversa do pensamento de Ignácio Rangel (Mamigonian; Rego, 1998; Lima, 2013; Jabbour, 2017). Criativo e multidimensional porque reúne considerações sobre os fatores sociais, políticos, geográficos e econômicos que caracterizam o Brasil moderno e seu processo de

* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.
alvaro.prado@ufpe.br

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

formação histórica – algo que expressa o caráter multidisciplinar de seus esforços intelectuais. Controverso porque colide com as percepções de vários teóricos que ocupavam papéis relevantes na academia, na militância política e no debate público, como Caio Prado Jr, Celso Furtado e Roberto Campos (Bielschowsky, 1995). Sobre a questão da terra, por exemplo, ele se opunha a uma reforma agrária de tipo radical (como defendido pelos intelectuais organicamente ligados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB). Sobre a inflação, ele não a via como algo necessariamente nocivo (como argumentam ortodoxos e heterodoxos).

No entanto, pouco se tem discutido sobre as fundamentações filosóficas de seu pensamento (Jabbour, 2017; Tavares, 2024; 2026). Embora não haja considerações extensas sobre esta questão, conforme se busca aqui defender, tais formulações são fundamentais para a estruturação do pensamento de Rangel, sobretudo se considerarmos seu conceito de desenvolvimento. Isso porque ele considera este processo como a manifestação de uma totalidade em movimento, na qual, as partes em contradição, levam ao movimento do todo. Aqui, à medida que a sociedade se desenvolve (não apenas economicamente) ela sai de um estado simples para alcançar um estado mais complexo, através de sucessivas contradições expressas no tecido social.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar, através de uma revisão de literatura, a ideia de *desenvolvimento* na obra de Rangel, sendo este processo visto não apenas como algo que se restringe a um problema econômico (como aumentar a produtividade do trabalho em um país atrasado[1]), mas enquanto elemento que aparece como um pressuposto ontológico, ou seja, como algo que sustenta e metaboliza a própria dinâmica da sociedade brasileira, seus modos de produção e suas classes sociais em conflito. Assim, no presente artigo se argumenta que as teses de Rangel sobre a economia brasileira vêm acompanhadas do pressuposto filosófico de que a realidade se complexifica a partir da interação contraditória entre distintas totalidades complexas, o que acaba por levar ao desenvolvimento das forças produtivas – através do domínio do homem sobre a natureza – e ao recuo das barreiras naturais – traços que apontam para um desenvolvimento superior do ser social.

A ideia de que o desenvolvimento é produto da relação ontológica homem e natureza – e de que a complexificação dessa relação se expressa a partir da interação entre distintas totalidades contraditórias – está presente no livro de Bianca Bonente (2016). A

[1] Embora esta preocupação esteja manifesta em toda sua obra.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

autora, contudo, argumenta que, embora presente na obra de Marx, este pressuposto filosófico não está presente nas teorias do desenvolvimento econômico, que resumiram a noção de desenvolvimento apenas enquanto processo de acumulação de capital dentro dos marcos do capitalismo, sejam aquelas que falam dos países subdesenvolvidos em geral a partir das nações centrais no contexto pós segunda guerra mundial – como a crítica da noção de desenvolvimento equilibrado elaborado por Albert Hirschman (1961) e Gunnar Myrdal (1972) –, sejam aquelas que mencionam a América Latina em particular – como visto em Raul Prebisch (1968) e Celso Furtado (1968) em seus trabalhos na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).[2]

Na contramão do argumento de Bonente (2016), a hipótese específica deste artigo – e o que o distingue de outros trabalhos que também tratam das influências filosóficas da obra de Rangel (Dalpiaz; Jabbour, 2025) – é a noção de que desenvolvimento enquanto a interação entre distintas totalidades contraditórias está presente na obra do economista maranhense Ignácio de Mourão Rangel, o qual, embora pouco estudado na literatura especializada, representa um dos principais analistas e pensadores do desenvolvimento econômico, com foco especial no caso brasileiro[3] (Bielschowsky, 1995; Nassif, 2023). Assim, embora influenciado pelos teóricos acima citados, ele não pode ser nem considerado um intelectual que enxergava o Brasil desde uma perspectiva externa – inclusive por mergulhar sua teoria econômica na história nacional, como se verá na sua tese da dualidade básica – nem um cepalino – na medida em que não era adepto das concepções estagnacionistas próprias desta instituição.[4]

A singularidade e distinção de Rangel perante essas correntes reside justamente na ideia de que o desenvolvimento para ele também é o produto da interação entre distintas totalidades complexas. Esta ideia se expressa, primeiro, a partir do processo de

[2] Esta é uma divisão elaborada pela própria Bonente (2016)

[3] Aqui, cabe mencionar a dificuldade, já apontada pela literatura (Bielschowsky, 1995; Bresser-Pereira et al, 1993), acerca do encaixe de Rangel nas diversas categorias que constituíram o que Bielschowsky define como pensamento desenvolvimentista brasileiro que vai de 1930-1960. Isso se explica, por exemplo, pelas discordâncias que tinha, como já dito, em relação a interpretação do fenômeno inflacionário de heterodoxos e ortodoxos, por um lado, e da dissidência que Rangel estabelecera, ainda na juventude, da direção nacional do PCB (Rangel, 1992), por outro. No casa das teorias econômicas mencionadas por Bonente, a diferença – e independência – de Rangel reside, argumenta-se aqui, justamente na consideração do desenvolvimento como a síntese entre totalidades complexas em âmbito ontológico e não apenas como processo de acumulação de capital.

[4] Como apontado em *Subdesenvolvimento e Estagnação* (Furtado, 1968), as teses estagnacionistas podem ser resumidas na ideia de que o atraso do campo era um impeditivo ao desenvolvimento das forças produtivas da cidade. Esta assimetria, segundo esta perspectiva, produziu um desenvolvimento desequilibrado, marcado pela concentração de renda entre classes sociais e regiões do país. Como se verá adiante, Rangel (2012d) tinha uma visão distinta a esta, já que enxergava o campo como sendo dinâmico o suficiente para se acomodar às flutuações dos ciclos econômicos internacionais que o Brasil se relacionava.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

abertura do complexo rural, através do qual os diferentes setores da economia brasileira (bem como as suas diversas unidades produtivas) se comportam enquanto totalidades contraditórias. Segundo, através da capacidade do desenvolvimento das forças produtivas (vista aqui enquanto um fato ontológico da vida social) levar ao reconhecimento do gênero humano, traço que aponta para um desenvolvimento superior do ser social. Terceiro, a partir da contradição entre modo de produção interno e externo (outro grupo de totalidades contraditórias), além da interação entre os ciclos de Kondratieff e os ciclos de juglar tal como aparece no seu conceito de dualidade básica da economia brasileira. Assim, as dualidades (totalidades maiores) reproduzem, ao longo de toda tessitura social, um conjunto de outras contradições (totalidades menores), como é o caso daquelas que se vêem no Direito e na questão urbana. Como o próprio Rangel afirma, a dualidade é um elemento que organiza tanto o movimento geral da sociedade brasileira quanto suas categorias mais particulares (Rangel, 2012c).

Tal perspectiva pode demonstrar que o desenvolvimento exige uma análise de caráter multidisciplinar, justamente porque diz respeito ao movimento da sociedade brasileira como um todo. A necessidade de voltar às perspectivas de caráter totalizante se justifica pela vitória das ideias neoliberais sob as de caráter nacional-desenvolvimentista. Como apontado por Querido (2024), a superação de perspectivas totalizantes pode ser explicado, desde o final da ditadura militar, pela derrota das ideias nacional-desenvolvimentistas no debate público – incluindo nesse grande-chuva os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), da Cepal e do PCB.[5] Querido afirma que parte dessa derrota se deu pelo papel hegemônico que a teoria de Fernando Henrique Cardoso, sediado entre a Usp e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), começou a ter dentro e fora da academia, em especial no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Frequentemente identificado a partir da sintonia que estabelecia com o processo de globalização, sobretudo por sua capacidade de acomodar as ideias cosmopolitas inerentes a tal processo, seu pensamento abriu cada vez mais espaço para o receituário neoliberal, que predominou a partir dos anos 1990. Assim, argumentamos que a obra de Rangel pode ser um caminho produtivo para resgatar discussões deixadas de lado por essa perspectiva e, por conseguinte, temas (ainda contemporâneos) que estejam afinados com os desafios do desenvolvimento.

[5] Rangel passou por essas três grandes instituições desenvolvimentistas, muito embora tenha tido uma relação de independência com cada uma delas (Rangel, 1992).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Para alcançar os objetivos mencionados, este artigo foi dividido em seis partes. Após esta introdução, o tópico seguinte visa revelar o caminho percorrido para chegar a ideia de desenvolvimento enquanto elemento ontológico na obra de Rangel, bem como as referências que foram utilizadas para compreender a obra deste último. Em seguida, será demonstrada a singularidade da hipótese defendida neste artigo perante a literatura que, de uma forma ou de outra, aponta para os aspectos filosóficos da obra de Rangel. Em seguida, com o auxílio de Bonente (2016), Lukács (2018a) e Marx (2010) será demonstrada como a ideia de desenvolvimento enquanto a interação entre totalidades complexas está presente no que Rangel nomeia como dissolução do complexo rural, na qual, a "economia natural" é condicionada às exigências da economia de mercado, de modo que as unidades produtivas (e os diversos setores da economia brasileira) se comportam enquanto totalidades contraditórias. Em seguida, a noção de dualidade básica da economia brasileira é vista como a maior síntese do conflito entre totalidades complexas. Nas considerações finais, argumenta-se que a defesa de uma ótica totalizante pode ajudar a resgatar temas (e perspectivas) relevantes para a análise da sociedade brasileira contemporânea, sobretudo se visto seu caráter interdisciplinar.

Considerações metodológicas

Para chegar na ideia de que Rangel encara o desenvolvimento como um processo ontológico, foi feita uma breve pesquisa bibliográfica (Gil, 2002). Primeiro seguimos a pista deixada por um dos principais intérpretes da obra de Rangel, Elias Jabbour (2017), que fala da influência de Hegel e Marx no pensamento do economista maranhense, especificamente no que se refere à categoria "totalidade". No entanto, embora mencionada pelo autor, Jabbour (2017) não faz uma análise pormenorizada de como esta ideia se manifesta no texto de Rangel, algo que será feito neste artigo.

Assim, em busca de aprofundar esta temática na obra do economista maranhense, se recorreu a livros que pudessem ancorar esta perspectiva de forma teoricamente sistemática. Nesse sentido, Bonente (2016) representa uma referência, em que o tema da totalidade é mobilizado para compreender (e criticar) as teorias econômicas do desenvolvimento. De fato, esta autora mobiliza a forma pela qual o conceito de desenvolvimento aparece na obra de Marx, demonstrando que a noção deste último é o resultado da interação entre totalidades complexas, para além de ser algo que aponta para a saída de um estágio (subdesenvolvido) e entrada em outro (desenvolvido), o que, segundo a autora, é a marca da teoria econômica desenvolvimentista, tendo como

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

referência para ela as obras de Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Celso Furtado e Raul Prebisch. A despeito das especificidades de cada um desses autores, Bonente demonstra que eles compreendem o desenvolvimento como um estágio mais avançado do ponto de vista da acumulação de capital, algo associado a "tentativa de explicar as particularidades por detrás do baixo crescimento do produto nos países subdesenvolvidos" (Bonente, 2016, p. 191). Mobilizamos a discussão desenvolvida por Bonente e mencionada por Jabbour para avaliar até que ponto ela se manifesta na obra de Rangel.

Seguindo as pistas de Bonente, também foram mobilizados livros do filósofo húngaro Gyorgy Lukács, em que este último discorre sobre as categorias totalidade e ontologia: *História e Consciência de Classe* (2018a) e *Para uma Ontologia do Ser Social* (2018b; 2024). Associado a isso, foi utilizada a obra *Manuscritos econômicos-filosóficos de Marx* (2010) na qual este autor discorre sobre o sentido do processo ontológico que é o metabolismo do homem com a natureza, algo útil à compreensão do desenvolvimento das forças produtivas em Rangel.

Para analisar a obra de Rangel foi mobilizado seu artigo "A história da dualidade brasileira" (2012d) e seu livro *A dualidade básica da economia brasileira* (2012c). No entanto, por expor os esquemas das quatro dualidades – com figuras, aqui reproduzidas, que facilitam a visualização do fenômeno –, foi dada preferência a (Rangel, 2012d). Além deles, foram escolhidos os dois livros em que Rangel se dedica a compreender o processo de dissolução do complexo rural (Rangel, 2012a; 2012b). Além disso, nos apoiamos em trabalhos da literatura secundária que auxiliam a explicação do que é o fenômeno da dualidade para Rangel (Malta, 2014; Mamigonian; Rego, 1998; Castro; Bielschowsky; Benjamin, 2014; Pereira; Carvalho, 2019; Bresser-Pereira; Rego, 1993; Dalpiaz; Jabbour, 2025).

As interpretações sobre o pensamento de Ignácio Rangel

As interpretações da obra de Rangel versam sobre várias dimensões de seu pensamento, indo desde aquelas que buscam mostrar a contemporaneidade de seu debate sobre a inflação brasileira (Pereira; Carvalho, 2019), até aquelas que visam interpretar a originalidade de sua tese sobre a dualidade básica da economia brasileira (Bielschowsky, 1995; Bresser-Pereira; Rego, 1993). Algumas delas (Malta, 2014; Jabbour, 2017) mostram como a originalidade desta tese reside justamente na apropriação singular que faz do materialismo histórico-dialético de Marx, que se expressa – além da ênfase na luta de classes como motor da história – em uma forma específica de mobilizar a noção de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

contradição que Marx (uma influência central para Rangel) assimila de Hegel (1992). Como afirma Jabbour: "A própria dualidade básica, categoria rangeliana basilar, é um exercício de abstração inspirada em Hegel" (Jabbour, 2017 p. 565).

Os pressupostos filosóficos da obra de Rangel também são tratados nas análises acerca da aplicabilidade da categoria "projetamento" para a China contemporânea. Grabriel Dalpiaz e Elias Jabbour (2025) afirmam que "para definir o socialismo chinês, deve-se antes compreender a dialética hegeliano-marxista, que vai além dos métodos das observações positivista e fenomenológica". Para os autores, essas "correntes filosóficas criam um método de observação com categorias e conceitos definidos nos quais depois se encaixa o objeto". Ao contrário dessa perspectiva, para eles, em Rangel, o objeto de conhecimento se manifesta enquanto algo caótico e mutável, "assim como as categorias e os conceitos, reconhecendo, portanto, que o mundo real, sendo dinâmico, cria as categorias e conceitos também mutáveis" (Dalpiaz; Jabbour, 2025, p. 36).

Embora estas considerações filosóficas sejam fundamentais para a compreensão da obra de Rangel, elas não dão conta do fato que, na visão de Ignácio Rangel, o desenvolvimento para além de ser um processo de acumulação de capital, é algo que expressa o processo de mudança da totalidade social, ganhando desdobramentos que vão além do campo econômico per si.[6] Como esta última ideia está presente no livro de Bonente, cabe aprofundá-la no tópico seguinte em paralelo à própria análise da obra de Rangel. Aqui, será feita uma análise de como tais pressupostos filosóficos estão presentes nos pormenores do texto de Rangel.[7] Tal esforço será fundamental para sustentar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar – capaz de abarcar a totalidade social contraditória que é a sociedade brasileira – para se analisar (e resgatar) a obra desse economista criativo que foi Ignácio de Mourão Rangel.

O desenvolvimento ontológico e a abertura do complexo rural

No livro que está sendo aqui mobilizado, Bonente (2016) discute como se expressa a ideia de desenvolvimento na obra de Karl Marx, bem como a diferença de tal noção quando comparada à teoria econômica do desenvolvimento que emergiu no pós segunda guerra mundial. São teorias que buscavam compreender a razão das discrepâncias entre os países

[6] Campo no qual ele estabelecia diálogo permanente

[7] Cabe destacar que, embora a literatura citada mencione a questão da totalidade em Rangel, a mesma não demonstra como tal questão se expressa de maneira específica em algumas das ideias chaves do pensamento de Ignácio Rangel.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

centrais e os periféricos, com a explicação de que, nos países periféricos, subsistia um amplo setor agrário que bloqueava o desenvolvimento e a acumulação de capital do setor industrial. Assim, Bonente (2016), resgatando as formulações de Lukács sobre desenvolvimento enquanto elemento ontológico, critica tais teorias as quais, segundo ela, esgotam a noção de desenvolvimento como processo de expansão do produto e de passagem de um estágio retrógrado do ponto de vista da acumulação de capital (subdesenvolvido) para um melhor (desenvolvido).

Indo além desses termos, segundo Bonente (2016, p. 32), Lukács defende em sua obra que a linha geral de desenvolvimento da sociedade é constituída por três instâncias básicas, sendo a primeira o constante recuo das barreiras naturais, a segunda o aumento das forças produtivas do trabalho e a terceira a conformação do gênero humano. A primeira diz respeito à permanente contaminação (mas não a eliminação) dos processos naturais por atributos sociais. A segunda diz respeito à crescente diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de objetos, dado o avanço técnico-científico da sociedade. Finalmente, a terceira se expressa na própria capacidade do homem de se reconhecer enquanto membro de uma mesma humanidade através da cultura (Bonente, 2016).

O desenvolvimento dessas três tendências se dá de maneira eminentemente histórica. De fato, o objeto do conhecimento (a sociedade) se desenvolve na história a partir de um processo de transformação permanente, mesmo que sua identidade como este ou aquele objeto específico ainda subsista durante seu próprio processo de transformação, o que implica dizer que todo processo de mudança enseja, simultaneamente, na permanência de algo. É desse modo que a categoria desenvolvimento alcança uma direção e um sentido específico na história, especialmente quando "empregados para descrever, em si mesma, a direção de movimento de objetos estruturados" (Medeiros, 2013, p. 47 apud Bonente, 2016, p. 36).

Nesse sentido, é quando identificamos o aprofundamento e complexificação dos três pontos anteriormente citados (do recuo das barreiras naturais através do desenvolvimento da sociabilidade humana, do aumento das forças produtivas do trabalho e do desenvolvimento da consciência genérica da humanidade) que podemos identificar a "passagem de um nível mais baixo de desenvolvimento para um nível mais alto".

Levar esse esquema para compreender a sociedade implica considerar esta última como um objeto estruturado enquanto uma totalidade que, por sua vez, são constituídas por totalidades menores, complexamente relacionadas. Assim, essas totalidades têm, cada uma à sua maneira, suas próprias leis de funcionamento que podem, inclusive, estar em

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

contradição com as outras totalidades com as quais se relacionam. De fato, “por um lado, complexos diferentes de uma mesma totalidade podem estar em estágios distintos de desenvolvimento; por outro, alguns complexos podem estar contingentemente regredindo ao invés de progredindo” (Medeiros, 2012, p. 46 apud Bonente, 2016, p. 37). Disso decorre a ideia de desenvolvimento desigual, algo que expressa justamente a desigualdade dos ritmos em que se desenvolvem os diferentes complexos presentes na sociedade, algo “provocado pelo próprio modo de ser da totalidade e dos complexos” (Bonente, 2016, p. 48).

Em outro texto célebre de sua obra, Lukács (2018a) demonstra o grau de integração entre as diversas totalidades que constituem uma totalidade maior, algo também importante para a análise da obra de Rangel. Aqui, ele aponta que é específico do método materialista de analisar a história a consideração das partes enquanto integrantes do movimento do todo, de modo que a postulação delas enquanto autônomas e independentes do movimento do conjunto da sociedade é uma típica característica da ciência burguesa, sobretudo quando esta última centra sua análise a partir de um perspectiva individual:

> *A ciência burguesa – de maneira consciente ou inconsciente, ingênua ou sublimada – considera os fenômenos sociais sempre do ponto de vista do indivíduo. E o ponto de vista do indivíduo não pode levar a nenhuma totalidade, quando muito pode levar a aspectos de uma domínio parcial, mas na maioria das vezes somente a algo fragmentário: a “fatos” desconexos ou a leis parciais abstratas.* (Lukács, 2018a, p. 107)

De fato, se o isolamento de fatores (totalidades) menores pode ser funcional em termos analíticos, ele, em um momento sucedâneo da análise, deve ser visto como um meio para alcançar a compreensão do funcionamento do todo (Lukács, 2018a, p. 107). Assim, Lukács fala que a elaboração “puramente ideal” pode camuflar o caráter de totalidade em que se expressa o ser social, já que ela pode “facilmente cindir o que forma um todo no plano do ser, e atribuir às suas partes uma falsa autonomia” (Lukács, 2024, p. 306). Isso porque, a própria totalidade não é produto de uma elaboração ideal mas é a forma de ser do movimento do real: “A totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente” (Lukács, 2024, p. 297).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Como se verá, além de encarar o desenvolvimento enquanto processo de redução das barreiras naturais (ou de superação da economia natural, no termos de Rangel), tais ideias são relevantes para compreender o processo de dissolução do complexo rural enquanto a interação entre os distintos setores (e unidades produtivas) da economia brasileira, vistas aqui enquanto totalidades complexas.

Segundo Rangel (2012a), a dissolução do complexo rural é a dinâmica na qual a industrialização das cidades eleva a produtividade do campo, fazendo com que se rompa o microcosmo de atividades que constituem o complexo – sendo este último baseado em atividades dedicadas apenas à reprodução imediata da família campesina, sem interação com outras unidades produtivas. Com a dissolução, cada uma dessas atividades se tornam sujeitas às relações de mercado, o que leva a uma maior produtividade do trabalho e a complexificação da economia. Nesse sentido, as cidades condicionam cada unidade produtiva do campo – que antes se situavam isoladamente – a se relacionar contraditoriamente com outras unidades no sentido de expandir a produtividade do trabalho. Aqui, essas unidades começam a se comportar enquanto totalidades complexas as quais, por sua vez, só poderão ser compreendidas pelo seu relacionamento com outras totalidades.

Desse relacionamento se observou um salto na vida produtiva da economia brasileira, na medida em que, ao se relacionar com outras unidades, as unidades produtivas do campo passaram a elevar a divisão social do trabalho imanente à produção de uma mercadoria específica. Isso porque, com a abertura do complexo rural, as unidades produtivas não irão mais consumir o que elas mesmas produziram, mas sim vender tais produtos para outras unidades através de relações de mercado. Aqui, o dinheiro passa a aparecer como bombeador da relação entre cada uma das totalidades (unidades produtivas).

Nesse sentido, para Rangel, o entendimento do processo de dissolução do complexo rural deve se concentrar no homem, "em como ele aplicava antes seu tempo de trabalho, como se aplica depois, o que ocorre quando passa de um modo de produzir a outro e em que condições realiza essa passagem" (Rangel, 2012a, p. 89), o que implica estudá-lo dentro da estrutura da economia que precede a industrialização: a agricultura.

Para fazer a análise deste último setor, Rangel faz uma analogia à biologia humana, afirmando que qualquer unidade produtiva deve ser estudada como um organismo humano, o qual se pode decompor "em células, as quais, por sua vez, agrupam-se para formar tecidos e órgãos" (Rangel, 2012a, p.90). De fato, a "histologia social" é

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

composta por três etapas distintas: a primeira é formada por unidades caracterizadas por uma divisão de trabalho muito débil, no qual "a família começa a dedicar parte de seu tempo à produção doméstica" (Rangel, 2012a, p. 91). Nesse contexto, a unidade agrícola está fechada, ou seja, sem interação com as outras unidades que constituem o corpo da economia.

A segunda etapa, apresenta uma divisão de trabalho já mais desenvolvida, e o problema das relações interindustriais é resolvido por "meio de medidas que implicam, antes de tudo, alteração no nível de emprego (ou uma alteração de um setor a outro). É a zona capitalista privada" (Rangel, 2012a, p. 93). Aqui, as relações entre oferta e demanda (re)equilibram as necessidades de cada unidade produtiva.

Por fim, tem-se a terceira etapa, com a estrutura econômica em nível elevado de especialização, na qual a estrutura dos insumos, já rígida, só pode ser reequilibrada pela atuação do serviço público. É a zona do capitalismo de Estado (Rangel, 2012a).

De maneira dialética e fugindo de concepções esquemáticas, Rangel defende que a economia nacional é uma combinação entre os três níveis anteriormente citados. O que se identifica aqui é que esse setores (totalidades) – cada um dotado de leis de funcionamento específicas – irão atuar contraditoriamente com os outros setores, sofrendo influência e os influenciando dialeticamente. Vejamos esse relacionamento mais de perto.

Já que preponderante em uma economia subdesenvolvida (como a brasileira), Rangel vai se aprofundar nas características do primeiro setor. Aqui, estas unidades "misturam indissoluvelmente 'produção' e 'consumo'. Ou seja, uma parte variável de seu produto não passa para outras unidades, e portanto não resulta nem em venda, nem em troca" (Rangel, 2012a p. 95). Aqui, as unidades produtivas se situam separadamente, sem uma conexão orgânica entre os diversos setores e, portanto, sem se relacionarem ainda enquanto totalidades complexas. De fato, em uma mesma unidade se encontram desde a produção da matéria-prima até a sua elaboração final, de modo que nenhuma dessas atividades tem condições de alcançar algum grau de especialidade. Sendo de baixa complexidade – ou seja, constituída pelo baixo desenvolvimento da força produtiva do trabalho – Rangel chega a nomear esta economia como de "economia natural".

Nesse sentido, o processo de abertura do complexo rural consiste justamente em separar cada uma dessas atividades no sentido de especializá-las, fazendo que processualmente o primeiro setor (economia natural) se torne no segundo (economia de mercado capitalista), mesmo considerando que nenhuma dessas formas exista de forma

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

pura, mas sempre contraditoriamente mescladas com os outros setores. Portanto, sua questão é superar as barreiras naturais que fazem o complexo rural permanecer fechado.

Aqui, o principal pressuposto dessa especialização é separar a unidade produtiva da família, forjando unidades que não consumam aquilo que elas mesmas produzem, associando-se a outras para obter tais produtos. Disso decorre a criação do mercado, justamente porque é na interação de diferentes unidades produtivas que os fluxos monetários emergem como regulador das necessidades (agora, não mais autônomas) de cada uma das unidades produtivas. Além disso, tal processo enseja a criação, além de indústrias novas, "de serviços especiais, particularmente o comércio e os transportes, cuja função é, precisamente, possibilitar o intercâmbio" (Rangel, 2012a, p. 104).

De fato, a abertura do complexo rural representa um salto da complexidade de uma economia, seja no sentido de que ela expande a quantidade de bens produzidos, seja no grau de interação entre suas diversas unidades produtivas, bem como na dependência entre elas. Aqui, desenvolvimento é encarado enquanto um maior entrelaçamento das diversas totalidades complexas (unidades produtivas) que constituem o corpo econômico, que passam a desenvolver entre si um novo patamar de integração. Assim, é da interação entre totalidades complexas que se observará uma maior nível de especialização do trabalho, bem como um aumento da produtividade uma vez que cada unidade vai se especializar na produção de apenas uma mercadoria (ou de um conjunto pequeno de mercadorias). Dessa maneira, os outros bens serão obtidos através da relação com as outras totalidades que integram a economia.

Desse modo, podemos compreender o complexo rural fechado como uma unidade de análise constituída por um baixo grau de complexidade, como o próprio Rangel afirma:

> *A unidade agrícola fechada é, portanto, um microcosmo econômico no qual as pessoas distribuem seu tempo entre numerosas atividades. Cada uma dessas atividades representa o estado rudimentar daquilo que, com o desenvolvimento, se tornará uma "indústria", ou seja, a atividade exclusiva de numerosas pessoas.* (Rangel, 2012a, p.98)

Para sair do estado rudimentar a economia precisaria então se desenvolver, ou seja, instaurar um novo tipo de relacionamento entre as várias unidades produtivas que a constitui, de modo a aumentar seu grau de complexidade através de medidas responsáveis por induzir o complexo rural fechado a mudar sua estrutura (Rangel, 2021a, p. 109). Isso

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

seria feito através de dois tipos de medidas. A primeira são "as que oferecem um incentivo positivo para a incorporação, à economia de mercado, dos fatores usados pelo complexo, o que implica oferecer ao próprio complexo uma participação no produto adicional obtido pelo novo uso de fatores" (Rangel, 2012a, p. 114). Aqui, o impulso inicial é suscitado pela "produtividade muito alta dos setores não agrícolas", de modo a fornecer uma recompensa para as atividades do setor 1 (do complexo rural fechado), tornando este último capaz de se capitalizar e melhorar sua técnica ao ponto de conseguir competir com as próprias unidades produtivas situadas fora do setor agrícola. O segundo tipo de medida diz respeito "às que buscam forçar a abertura do complexo rural a partir de dentro, provocando uma deterioração da produtividade dos fatores usados em suas atividades manufatureiras" (Rangel, 2012a, p. 114). Predominantes em países como Inglaterra, Alemanha e Japão, tais medidas consistem na retirada, por meio da força, dos camponeses de sua terra, de modo a destruir a base de sua própria reprodução, reorganizando os fatores de produção que o constituíam (Rangel, 2012, p. 114). Aqui, ambas as medidas buscam desenvolver as forças produtivas do trabalho, levando ao maior controle do homem sobre a natureza.

No outro texto que Rangel se dedica ao processo de compreensão da dissolução do complexo rural, 'Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro' (2012b) , o mesmo vai conceituar metodologicamente certas ideias fundamentais a sua compreensão do processo de desenvolvimento da economia brasileira e de abertura do complexo rural. Assim, o seu texto se inicia com uma formulação fundamental para se compreender a importância da categoria totalidade na sua teoria do desenvolvimento:

> *Não é fácil e pacífica a caracterização do processo de desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção. Paralelamente, muda também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive.* (Rangel, 2012b, p. 133).

Desse trecho decorre-se que, por um lado, Rangel compreende o desenvolvimento não apenas como algo expresso na economia, mas enquanto elemento de mudança da sociedade como um todo e, portanto, de todo o tecido social. Por outro, diz respeito à

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

própria ideia que "o homem faz de si mesmo e do mundo", alterando tanto o grau de compreensão que ele tem sobre sua dimensão generificada quanto a percepção de sua própria interioridade.

Marx também nos aponta que um novo grau de desenvolvimento ontológico (e de recuo das barreiras naturais) é responsável por levar a um outro patamar de compreensão sobre a dimensão generificada dos homens. Em *Manuscrito econômico-filosóficos*, ele especifica este ponto ao indicar que a vida produtiva é a vida genérica, porque é no processo produtivo que a humanidade faz da sua atividade vital "um objeto de sua vontade e da sua consciência" (Marx, 2010, p. 84). Através dele "a natureza aparece como sua obra e sua efetividade", sendo "o objeto do trabalho a objetivação da vida genérica do homem" (Marx, 2010, p.84). De fato, é justamente isto que distingue os humanos dos animais. Enquanto estes últimos são, eles próprios, a sua atividade vital – na medida em que não tem escolha sobre as possibilidades de reprodução de sua própria vida –, o homem é um sujeito consciente da sua existência, bem como da possibilidade de dar forma singular às diversas alternativas que permitem sua reprodução.

Em Lukács, por sua vez, é justamente o trabalho aquilo que permite uma transição (de caráter ontológico) do ser biológico para o ser social já que é produto da "inter-relação entre homem (sociedade) e natureza" (Lukács, 2024, p. 55). De fato, é no processo de trabalho que algo inteiramente novo surge das forças da natureza (Lukács, 2024, p. 55). Aqui, o homem pode "inserir as propriedades da natureza, as leis de seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos" (Lukács, 2024, p. 55), de modo a alterar tanto a realidade externa quanto a sua própria interioridade.

Assim como em Marx e Lukács, em Rangel o aumento do poder do homem sobre a natureza (o "desenvolvimento" em sua obra[8]) parece levar a um novo grau de reconhecimento do homem e da sua própria cultura. Este ponto nos ajuda, mais uma vez, a confirmar a ideia de que "desenvolvimento" é algo que se estende à totalidade social, não sendo um problema restrito da economia, já que também se expressa no âmbito da cultura. Esse ponto também nos abre espaço para demonstrar a necessidade de uma agenda interdisciplinar para se estudar a temática do desenvolvimento.

[8] Como afirma Rangel: "O desenvolvimento econômico é algo que interessa primordialmente à produção, no sentido de que o objeto é o aumento do poder do homem sobre a natureza, que se exprime pela quantidade de riqueza obtida" (Rangel, 2012c, p. 137)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Por ora, destaca-se que o "desenvolvimento" como ferramenta analítica útil para a compreensão dos pressupostos filosóficos da obra de Rangel - e não como um indicador de maior "acumulação de capital" – se dá como a manifestação de um novo grau de relacionamento entre totalidades complexas, o que é permitido pelas distintas formas que se dão o relacionamento do homem com a natureza. Assim, é através desse processo, materializado no desenvolvimento, que a ontologia especificamente social dos seres humanos pode aparecer. Vejamos como tal ideia ganha outras dimensões na sua tese da dualidade básica da economia brasileira.

A dualidade básica da economia brasileira

São nos livros e artigos dedicados a compreender o que Rangel chama de dualidade básica da economia brasileira que o desenvolvimento enquanto a síntese entre totalidades complexas pode ser mais claramente visualizado. Como afirma Malta, "A tese da dualidade básica corresponde a uma adaptação original do materialismo histórico e da teoria econômica para a análise do caso brasileiro" (Malta, 2014, p.18). É um conceito que sintetiza a interação dialética da economia brasileira com os ciclos econômicos internacionais de longa duração – os ciclos de Kondratieff –, um processo no qual leis com sentidos contrários dão forma ao desenvolvimento histórico da economia e da sociedade brasileira. Através dele, Rangel (2012c) demonstra como os modos de produção próprios de épocas históricas distintas – o que ele chama de contemporaneidade do não coetâneo – interagem, dando processualidade aos modos de produzir e distribuir a riqueza. Aqui, a interação entre o modo de produção da economia externa e interna dão um sentido singular ao desenvolvimento da sociedade brasileira.

Já no prefácio de *A dualidade básica da economia brasileira*, Rangel fornece uma síntese de sua famosa tese:

> *Meus estudos levaram-me à conclusão de que a nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuo a esse termo , isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias - o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional - são mistos, tem dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas se vistos do interior ou do exterior, respectivamente*. (Rangel, 2012c, p. 286)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Rangel explicita que a dualidade é um fenômeno expresso em cada uma das partes que constituem a totalidade social que é a economia brasileira (indústria, latifúndio, comércio etc.). Como se verá, as dualidades que se movem em um nível mais alto de abstração se reproduzem contraditoriamente nas totalidades menores que as constituem.

Vejamos o esquema de Rangel mais de perto para que estes pontos fiquem mais claros. Para ele, cada período da história brasileira é marcado por uma dualidade. Cada dualidade, por sua vez, é marcada por um polo externo e um polo interno. Enquanto aquele diz respeito ao setor moderno da economia, este último diz respeito ao setor atrasado. Finalmente, cada polo também possui um lado interno e um lado externo, aquele expressando o modo de relacionamento do polo para com as forças produtivas internas e este expressando o modo de funcionamento do polo com o cenário externo. Fatos políticos relevantes demarcam a passagem de uma dualidade para outra do ponto de vista interno – como é o caso da abertura dos portos, na primeira dualidade e a abolição da escravatura, na segunda dualidade –, sendo o lado externo do polo externo – associado aos ciclos econômicos internacionais ou, nos termos de Rangel (2012c), aos ciclos de Kondratieff –, aquele que suscita a mudança progressiva dos outros lados e pólos da dualidade e, portanto, da própria economia brasileira.

Nesse contexto, é importante ressaltar, por um lado, os arranjos de poder que emergem com cada uma das dualidades – na medida em que estas últimas vêm acompanhadas de blocos de poder distintos, uma aparecendo como sócio maior e a outra como sócio menor do processo econômico. Por outro, esses mesmos arranjos vão se acomodando ao que Rangel (2012c) chama de ciclos de Kondratieff. Influenciado pela longa discussão própria da teoria econômica sobre os ciclos da economia capitalista, Rangel internaliza do soviético Nikolai Kondratieff a ideia de que "o capitalismo era um todo a ser compreendido – e a ser confrontado –, e não uma constelação de economias nacionais". Assim,

> *Através de dados que só existiam em agregação de nível nacional, Kondratieff conseguiu delinear empiricamente a existência de uma economia supranacional , uma economia mundial cujos centro são - ou eram comente até o tempo de Kondratieff - as economias avançadas da Europa e dos Estados Unidos. Essa perspectiva de Kondratieff serviu como uma luva para os propósitos de Rangel em sua tarefa de analisar a economia brasileira, que, além de ser uma economia*

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

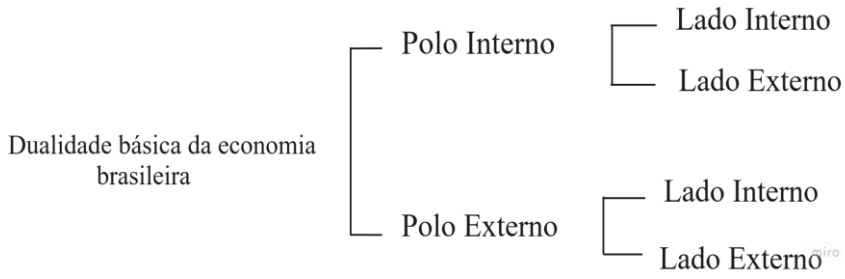
> *nacional em si, teve sempre um centro global de capitalismo a movimentar suas engrenagens econômicas.* (Guimarães, 1998, p. 46)

Desse modo, os ciclos de Kondratieff são ciclos de inovações tecnológicas irradiados a partir do centro do capitalismo, que duram em média cinquenta anos. A fase A dos ciclos representam momentos de expansão da economia central – na qual as economias periféricas aproveitam para realizar excedentes exportáveis. Já a fase B, declinante, induz a economia nacional a entrar em uma dinâmica de substituição de importações. Aqui, a economia nacional provém, através de novos arranjos produtivos, os bens que não vão mais ser importados do estrangeiro, fazendo com que as forças produtivas internas se desenvolvam e as dualidades se sucedam no tempo.

Olhando mais detidamente cada dualidade, Rangel (2012) afirma que o lado interno do polo interno diz respeito às relações de produção mais arcaicas da sociedade brasileira e que, por isso, seriam justamente aquelas a serem superadas a partir de sua interação com o lado externo do mesmo polo. Este último representa as relações de produção mais avançadas aos quais, durante certo período de tempo, conviveriam com as mais retrógradas, mesmo que, com a fase recessiva dos ciclos, as de maior produtividade do trabalho se tornem progressivamente hegemônicas. Quando isso acontece, o lado interno de cada polo se torna progressivamente em seu lado externo. Rangel sumariza essas ideias em um breve esquema:

FIGURA 1

Esquema teórico da dualidade básica da economia brasileira



Fonte: Rangel (2012d).

Aplicando-a para compreender a história e a economia brasileira desde a abertura dos portos em 1808 e a Independência em 1822 – processos políticos que levaram ao rompimento com a metrópole portuguesa e que, por isso, permitiram uma análise

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

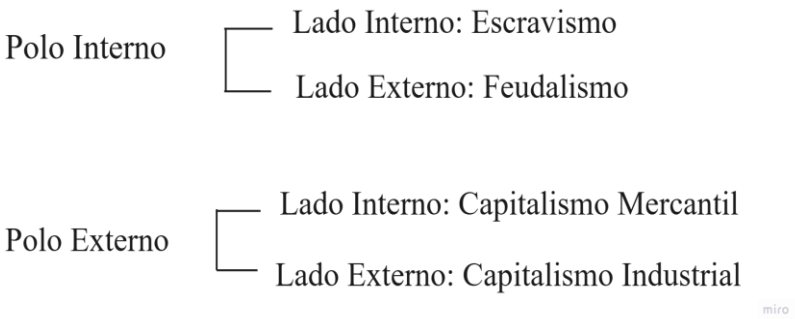
autônoma da economia nacional –, o Brasil começou a se integrar ao polo externo da primeira dualidade, que era então formada pelo capital comercial português "em íntima aliança com o capital industrial, nascente na Europa" (Rangel, 2012d, p. 668). Assim, o polo externo da primeira dualidade era formado, no seu lado externo, pelo capital industrial em formação e, no seu lado interno, pelo "capitalismo mercantil português constituído dentro do Brasil" (Malta, 2014, p. 24).

Por seu turno, o polo interno da primeira dualidade era formado pela produção escravista, no seu lado interno, que "tende a tudo reduzir à condição dos escravos, inclusive os trabalhadores livre e semilivres" (Rangel, 2012d, p. 668), enquanto, pelo lado externo, verificava-se o uso feudal da terra. Aqui, "os vassalos-senhores de escravos", a partir da independência, buscavam conciliar seus interesses contraditórios, oriundo da sua "dupla condição de barões e de senhores, nos sentido medieval e romano, respectivamente" (Rangel, 2012d, p. 669).

Dessa forma Rangel sumariza a primeira dualidade, bem como seus modos de produção em interação, conforme a Figura 2:

FIGURA 2

Esquema da primeira dualidade básica da economia brasileira



Fonte: Rangel (2012d).

Tal esquema não seria estático uma vez que uma mudança em um dos polos e lados da dualidade provocariam alterações nos outros a partir de uma interação dialética: "Cada um desses modos de produção está dialeticamente unido aos demais, isto é, interfere no funcionamento destes e sofre a influência deles, sem por isso, perder a própria identidade" (Rangel, 2012d, p. 669). Aqui, mais uma vez, as proposições de Lukács aparecem como adequadas para a compreensão do desenvolvimento de complexos sociais contraditórios, já que um modo de produção muda (ao mesmo tempo que guarda algo do

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

que era) pela interação que tem com o seu oposto. Assim, o polo interno pode ser visto como uma totalidade menor que, ao se relacionar com outra (o polo externo), leva ao movimento da totalidade maior que é a dualidade em si.

Além disso, a própria condição de uma classe social como sócio maior ou menor estaria sujeita a mudanças dadas através de uma síntese de contrários. Assim, se os vassalos-senhores de escravos seriam o sócio maior desta primeira dualidade e a classe de comerciantes (associada ao capitalismo mercantil) a sócia-menor, a própria dinâmica da luta de classes se encarregaria de mudar essas posições. Assim,

> *O movimento de mudança interno é apresentado com a lógica da luta de classes e por isso afirma que o sócio-menor teria a função precípua de "fortalecer-se economicamente, assumir novas posições de comando no sistema e amadurecer politicamente, ganhando coesão, homogeneidade e clara consciência de seus interesses".* (Rangel, 2012d, 670)

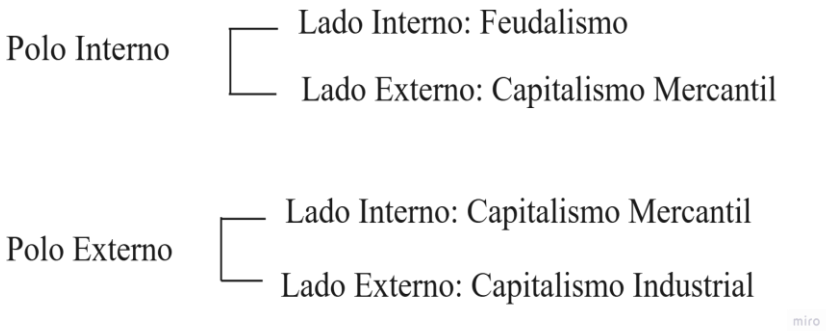
De fato, é justamente através do acúmulo de forças no período em que uma classe social é a sócia menor que ela pode, na dualidade seguinte, se tornar a sócia maior. Foi o que aconteceu na transição da primeira para a segunda dualidade. Aqui, a fazenda de escravos "entrou a acumular tensões que, afinal, deveriam converter a massa de escravos – por força das mudanças decorrentes da interrupção do tráfico – em servos de gleba" (Rangel, 2012d, p.673), o que converteria, por consequência, o senhor de escravo em senhor feudal.

Por seu turno, a união entre a classe dos comerciantes e o capitalismo industrial (vigente no polo externo da primeira dualidade) teve a capacidade de "introduzir na economia nacional produtos oriundos de uma economia capitalista" (Rangel, 2012d, p. 674), bem como internalizar um aparelho de intermediação mercantil. Isso deu capacidade para a classe dos comerciantes processualmente esvaziar as relações de suserania e vassalagem que presidiam "o oikos escravista e o resto do mundo, vale dizer, o mercado capitalista" (Rangel, 2012d, p. 674). Aqui, portanto, uma contradição (dualidade) que se expressa no âmbito da luta de classes se traduz em mudanças observadas em outros níveis da vida social como, por exemplo, o tipo de produto que é comercializado na economia brasileira e a infraestrutura de trocas mercantis, algo que expressa a dualidade enquanto elemento de mudança dialética de toda a sociedade.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Nesse contexto, o sócio maior se tornou a burguesia comercial (capitalistas comerciais), enquanto o sócio menor seriam os "fazendeiros/latifundiários feudais, por um lado, e comerciantes, por outro, de acordo com a figura:

FIGURA 3
Esquema da segunda dualidade básica da economia brasileira



Fonte: Rangel (2012d).

Nesse sentido, a segunda dualidade foi marcada por um processo de substituição de importações, na qual o capital mercantil incentivou a fazenda a incrementar a sua produtividade – que estagnou devido à proibição do tráfico –, de modo a diversificar a produção interna por meio de produtos artesanais e manufatureiros (Malta, 2014, p.25). Isso porque, na fase ascendente do segundo ciclo de Kondratieff, parte dos senhores de escravos – com suas receitas aumentadas – foram para as cidades levando consigo "sua criadagem". Com o refluxo do ciclo longo, a "renda monetária das famílias nobres declinou… fazendo refluir para a fazenda uma população urbanizada já havia anos" (Rangel, 2012d, p. 675). Foi justamente esta população que, liberta, tornou possível a substituição de importações da segunda dualidade, servindo como mão de obra livre e afeita à manufatura e ao artesanato.

Além disso, a passagem da primeira para a segunda dualidade representou um salto da relação ontológica homem/natureza na medida em que tocou na vida produtiva. Na segunda dualidade, a substituição de importações comandou uma elevação da produtividade da força de trabalho livre quando comparado com a do escravo. Portanto, o choque entre totalidades (uma interna e outra externa) ensejou, através da fase B do ciclo de Kondratieff, uma nova fase da vida produtiva brasileira.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Foi durante este período que a economia brasileira, liderado pelo capital mercantil, preparou as condições para a terceira dualidade e a substituição de importações que, finalmente, levaria à industrialização. Como afirma Rangel:

> *A "pequena produção de mercadorias" que, sob a orientação e comando do capital mercantil, foi, por mais de um ponto de vista, uma preparação para a industrialização substitutiva de importações, que, mais tarde, na fase recessiva do terceiro Kondratieff, empreenderíamos. Em primeiro lugar, expandia-se o mercado, porque tínhamos uma produção de mercadorias e não uma produção natural ou de autoconsumo.* (Rangel, 2012d, p. 676)

É possível afirmar que foi justamente através da substituição de importações desencadeada pela segunda dualidade que o processo de abertura do complexo rural (descrito no tópico anterior) pôde se desenrolar. Ou seja, foi através da interação dialética entre distintos complexos de leis - um que diz respeito a processualidade dos ciclos de Kondratieff e o outro que se refere à mudança dos modos de produção internos e externos - que a economia brasileira (mais uma vez) teve a capacidade de aumentar a produtividade do trabalho, o que levou a um novo grau de desenvolvimento do ser social. Este último - dotado de melhores técnicas, bem como de relações sociais que aguçam as forças produtivas, ao invés de atrasá-las - teve a capacidade de se sobrepor às barreiras naturais (ou à produção natural, nos termos de Rangel) que bloqueiam o desenvolvimento.

Tal processo ganhou novas - e mais complexas dimensões - a partir da terceira dualidade. Deste modo, a partir da crise de 1929 - responsável por levar a uma escassez de divisas e, por conseguinte, a uma crise do comércio externo brasileiro - o capitalismo mercantil teve sua posição tomada pelo capitalismo industrial, no lado interno do polo externo. Este último se tornou útil a mais um processo de substituição de importações que a economia nacional precisava fazer para suprir o mercado interno de mercadorias que não mais poderiam ser obtidas no estrangeiro. Assim, o capitalismo industrial se tornou "a forma de organizar as relações entre o país e o exterior" (Malta, 2014, p.26). Isso fez com que o capital industrial periférico (nascente no Brasil) precisasse disputar posições com o capital industrial do centro de modo que "cada passo da novel indústria levava-a a chocar-se com a indústria metropolitana, que devia ceder uma fatia do mercado brasileiro" (Rangel, 2012d, p. 678). Nesse sentido, "o aparecimento do capitalismo

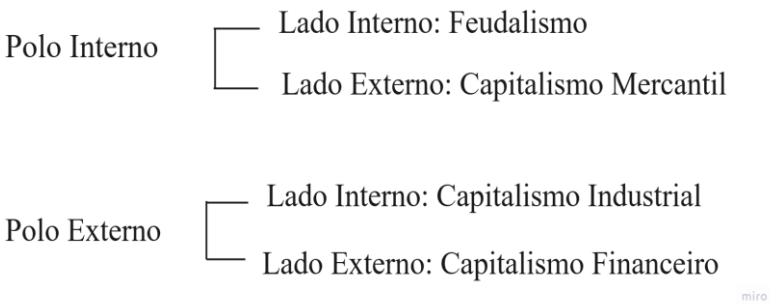
SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

industrial no lado interno do polo implica sua exclusão do lado externo", que precisaria ser substituída por outra formação de tipo superior (Rangel, 2012d, 678).

É daí que nasceu o capital financeiro. Este último seria resultado da união contraditória do capital bancário com o capital industrial, o que faria ele não ter uma política própria, mas orbitasse entre as necessidades do aparelho de intermediação financeira e as urgências de financiamento do setor industrial.

Portanto, dado que, segundo Rangel (2012d), não houve mudanças no polo interno, a terceira dualidade se configurou conforme se demonstra a Figura 4:

FIGURA 4
Esquema da terceira dualidade básica da economia brasileira



Fonte: Rangel (2012d).

Na terceira dualidade, os fazendeiros comerciantes continuaram como o sócio-maior, no pólo interno, e a burguesia industrial nascente como o sócio menor, no polo externo.

Doravante, o processo de presente substituição de importações, que viria a formar uma indústria de bens de capital no Brasil, se apoiou na produção até então existente, ou seja, a pré-industrial, consolidada na dualidade anterior. Esta produção ainda requisitava um uso intensivo de força de trabalho, dada as limitações impostas na capacidade de importar (Rangel, 2012d, p. 680). No entanto, a instituição do direito do trabalho corporativo (através da introdução da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) criava uma "espécie de servidão industrial de gleba, acoplando duradouramente o trabalhador à sua máquina, (o) que encareceria o fator trabalho" (Rangel, 2012d, p. 680). Isso faria com que fosse aberto espaço, já na dualidade seguinte, para a introdução de uma função intensiva de capital e poupadora de mão de obra. Foi justamente isso que possibilitou uma industrialização escalonada, introduzindo um fato novo em uma economia periférica, a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

saber, um ciclo próprio de desenvolvimento associado à formação da indústria, o ciclo de Juglar. Este último representa um período de dez anos no qual após uma fase ascendente – de aproximadamente um lustro (cinco anos) – "a economia entra em crise, a qual acaba por induzir certas mudanças institucionais […] as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não modernizadas, pondo em marcha uma vaga de investimentos (Rangel, 2012d, p. 681).

Foram justamente os ciclos de Juglar que fizeram com que o processo de substituição de importações mantivesse sua intensidade, mesmo com a fase ascendente do quarto ciclo de Kondratieff – nos quais, em tese, as divisas aumentariam e as substituições não se fariam mais necessárias. No entanto, não é isto que acontece:

> *Outra singularidade da terceira dualidade está no fato de que, embora houvesse começada na fase recessiva do ciclo longo, a industrialização substitutiva de importações ... não se interrompeu com a fase ascendente do quarto Kondratiev. O dinamismo do processo de industrialização, engendrando demandas de importações sempre novas, fez com que o impulso se mantivesse, não obstante a considerável expansão da capacidade de importar dos últimos tempos.* (Rangel, 2012d, p. 681)

Aqui, a processualidade de dois conjuntos de leis que operam em sentidos contrários interagiram e promoveram um desenvolvimento singular das forças produtivas internas. Assim, enquanto uma totalidade apontava para o esgotamento da industrialização (a fase A do Kondratieff) a outra aponta para sua expansão (os ciclos de Juglar). Portanto, o desenvolvimento foi produto da relação desequilibrada (e contraditória) entre essas duas totalidades.

Foi nesta terceira dualidade que se identificou um novo patamar de domínio do homem sobre a natureza, algo expresso, por exemplo, no processo de urbanização das cidades, necessário para suportar a migração da população do campo para os espaços urbanos. Aqui, se daria um grande processo de modificação da paisagem urbana, que viria acompanhado de contradições sociais inerentes ao processo de industrialização das cidades, como é o caso da favelização. Assim, os ciclos de Juglar permitiram a importação de uma indústria poupadora de mão de obra, o que levou ao processo de superpopulação das cidades – também instaurado pela industrialização do campo durante a terceira dualidade – e, por conseguinte, à formação de um exército industrial de reserva. Desse modo, a dualidade formada por fazendeiros-comerciantes e burguesia industrial reproduz

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

um conjunto de contradições ao longo de toda tessitura social, de modo a afetar dimensões como a questão urbana, por exemplo.

Foi este o cenário em que se formou uma nova dualidade. Marcado pelo problema da crise agrária, a quarta dualidade - que residia no futuro (Rangel, 2012d, p. 684) – precisaria resolver certos desafios, tais como o do exército industrial de reserva que surgiu como consequência do desenvolvimento das forças produtivas. Gerado, mais uma vez, por uma crise de comércio externo – a crise do petróleo de 1973, responsável por estrangular o financiamento externo –, o desafio que se colocava, segundo Rangel (2012d), era o de dar uma utilidade a parcela da população inativa do campo (graças a mecanização deste setor) e das cidades. Isso redundaria, no setor rural, na volta de parcela da população para exercer atividades de autoconsumo (a economia natural) e, no espaço urbano, na construção suburbana de casa própria.

Nesse sentido, a maior mudança da quarta dualidade se daria no polo interno. Isso porque, o grande problema do esforço de acomodar o exército industrial de reserva era justamente o preço proibitivo da terra, posto que este último, no Brasil, não era dado por sua qualidade específica – como de cultura ou como de construção – mas como uma reserva de valor, fazendo com que o preço da terra tivesse se convertido em fenômeno financeiro (Rangel, 2012d, p.684).

Desse modo, Rangel prevê, em 1982, "um colapso do preço da terra, desatando todo o nó de contradições em que se move o sistema atualmente" (Rangel, 2012d, p. 684). Este processo levaria a dissidências das classes dominantes no polo interno da dualidade anterior:

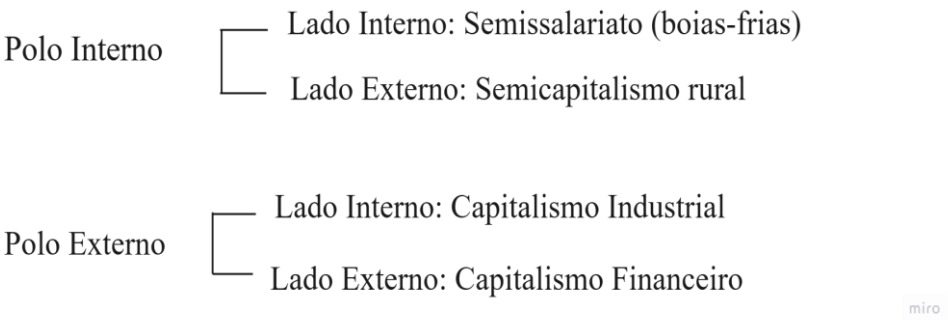
> *Uma dissidência do velho latifúndio feudal - proprietários capitalistas, por motivos especulativos, de vastas glebas ociosas - procurará desfazer-se de suas terras excedentes, precipitando com isso a queda do preço do fator, o qual, tornando-se acessível a pequenos adquirentes, destruirá o monopólio latifundiário da terra, sem o qual nenhum feudalismo será possível.* (Rangel, 2012d, p. 684)

Com este processo nasceria uma burguesia rural, que ocuparia o lado externo do polo interno como sócia menor. No polo interno do lado interno teria os semi-salariato – um produto das relações de assalariamento com a nova classe emergente – e, no lado interno do polo externo, estaria a burguesia industrial, que finalmente seria o sócio maior do processo econômico. Desta maneira a quarta dualidade se expressa:

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

FIGURA 5

Esquema da quarta dualidade básica da economia brasileira



Fonte: Rangel (2012d).

Conforme a figura 5, a quarta dualidade seria a última já que os dois polos tenderiam cada vez mais a se aproximarem, sobretudo no que diz respeito "aos modos de produção dominantes". Aqui, a economia e a sociedade se homogeneízam, o que leva o economista maranhense a "pronunciar o fim do próprio fenômeno da dualidade" (Rangel, 2012d, p. 685)

A teoria da dualidade básica da economia brasileira é um mergulho do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels na história do Brasil. Isso se expressa tanto pela posição que é dada a luta de classes – e as respectivas classes sociais que emergem como sócia maior ou menor em cada respectivo modo de produção – quanto pelos pressupostos filosóficos que motivam a análise. De fato, é a interação entre totalidades situadas em distintos níveis de abstração – uma que opera nos pólos internos e externo das dualidades, a outra que se dá a partir da relação entre os ciclos de Juglar e de Kondratieff – que fazem com que a relação ontológica homem/natureza se complexifique ao longo do tempo. Isso leva ao desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, ao próprio desenvolvimento do ser social.

Ademais, ressalta-se que a dualidade, além de ser um movimento próprio da economia, é também uma contradição constitutiva de toda a totalidade social, ganhando desdobramentos em esferas como a questão urbana (como visto anteriormente) e o Direito, por exemplo:

> *O direito, como a economia, deve ser dúplice, e a esse resultado chegamos pelo conflito entre um direito civil que tende a tudo imobilizar, à semelhança da terra, e*

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

> *um direito comercial que tende a tudo mobilizar, inclusive a própria terra.* (Rangel, 2012c, p. 300)

Assim, a contradição entre modos de produção preponderantes em uma determinada dualidade vai introduzir, por exemplo, relações trabalhistas duais, responsáveis por reproduzir no tempo o próprio modo de produção – dual – que o deu origem. Isso ocorre até o momento em que as contradições sociais de uma dualidade – através do conflito entre classes sociais distintas – geram uma nova dualidade que, por sua vez, vai gerar um novo conjunto de contradições que irão se espraiar por todo o tecido social.

Por isso, ressalta-se que a totalidade social que é a dualidade exige um olhar interdisciplinar para o fenômeno, o qual busque visualizar as suas diversas expressões. Assim, não é demais ressaltar que a própria formação de Rangel – que foi influenciado por um conjunto diverso de correntes de pensamento (do keynesianismo ao marxismo) e áreas do conhecimento (da economia ao direito[9]) – contribuiu na visão abrangente que o economista maranhense tinha desse fenômeno.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se defender como a ideia de desenvolvimento, enquanto um maior grau de interação entre totalidades distintas – algo que é marcado por relações mais complexas entre homem e natureza – está expressa em algumas das teses nevrálgicas do pensamento de Ignácio Rangel. Assim, primeiro mostrou-se como ela está presente no processo de abertura do complexo rural - no qual a economia natural é desfeita pelas imposições da economia de mercado –, depois na tese da dualidade básica da economia brasileira. Nesta, um complexo de leis associadas a modos de produção dotados de distintos graus de desenvolvimento das forças produtivas alteram – às vezes de maneira desigual – a configuração da economia brasileira, bem como levam à sucessão das diversas dualidades.

Ademais, afirma-se que a tese de Bonente (2016) segundo a qual o "desenvolvimento" para teoria econômica seria apenas a passagem de um estágio pior de acumulação de capital (subdesenvolvimento) para um melhor (desenvolvido) não se aplica à obra de Rangel. Como se demonstrou, o economista marenhense encara o

[9] É importante ressaltar que a sua formação original foi o direito (Rangel, 1992).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

desenvolvimento também como a passagem de uma contradição a outra, através do qual se observa formas mais complexas de organização da produção.

Por fim, ressalta-se que uma ênfase na totalidade social ajuda a demonstrar que, para além de ser um assunto de "economistas", o desenvolvimento é uma categoria que deve ser objeto de conhecimento de todas as ciências sociais. Assim, já que afetam tópicos tão diversos quanto a organização social de uma família aos processos migratórios que advém com o processo de industrialização, não há porque dissociar esta temática de geógrafos, sociólogos e antropólogos. A própria configuração do pensamento desenvolvimentista brasileiro – em toda a sua diversidade e contradição – nos dá luz para pensar esta questão. Assim, não era incomum verificar, antropólogos (Ribeiro, 2012), sociólogos (Ramos, 2024) e filósofos (Pinto, 1960) terem verdadeiras teses sobre o desenvolvimento da economia (e da sociedade) brasileira[10].

Por fim, o ostracismo a que Rangel foi relegado – algo largamente denunciado pela literatura (Jabbour, 2017; Bresser-Pereira; Rego, 1993; Malta, 2014) – talvez seja uma das principais consequências para a academia brasileira da vitória do consenso neoliberal. Por isso, resgatá-lo pode ser uma forma de retomar uma óptica totalizante para a análise da sociedade brasileira, bem como de temas abrangentes a ela relacionados, como imperialismo, reforma agrária e industrialização. Nesse sentido, sua obra é um convite tanto para pesquisas de caráter interdisciplinar que visem compreender a diversidade (e complexidade) da sociedade brasileira quanto para inspirar novas teorias acerca do desenvolvimento passado e contemporâneo do Brasil.

ALVARO TAVARES [ORCID: 0000-0002-2629-2246] é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Referências

Castro, Marcio H. M. de; Bielschowsky, Ricardo; Benjamin, Cesar. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 4, 2014, p. 527-43. DOI: 10.1590/S0101-31572014000400002

[10] Embora nem todos eles pudessem ser considerados como desenvolvimentistas, sobretudo se utilizarmos a categorização mais famosa de Bielschowsky (1995).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Bresser-Pereira, Luiz C.; Rego, José M. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 13, n. 2, 1993, p. 272-94. DOI: 10.1590/0101-31571993-0732

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

Bonente, Bianca I. *O desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista.* Rio de Janeiro: Eduff, 2016.

Dalpiaz, Gabriel L. C.; Jabbour, Elias. A análise filosófico-econômica do conceito de projetamento no socialismo chinês do século XXI. *Princípios: teoria, política e cultura,* v. 44, n. 172, 2025. 10.14295/principios.2675-6609.2025.172.003

Furtado, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na américa latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Gil, Antonio C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas, 2002.

Guimarães, César. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 14, n. 4, 1994, p. 571-86. DOI: 10.1590/0101-31571994-0749

Hegel, Georg W. F. *Fenomenologia do espírito.* Petrópolis: Vozes, 1992.

Hirschman, Albert. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Jabbour, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel. *Economia e Sociedade*, v. 26, n. 3, 2017, p. 561-83.

Lima, Marcos C. (org). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

Lukács, Georgy. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: WMF, 2018a.

Lukács, Georgy. *Para Uma Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2018b.

Lukács, Georgy. *Ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2024.

Mamigonian, Armen; Rego, José M. (org). *O pensamento de Ignácio Rangel.* São Paulo: Editora 34, 1998,

Marx, Karl. *O Capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital,* v. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Malta, Maria M. de. Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil. *Nova Economia*, v. 24, n. 1, 2014, p.17-31. DOI: 10.1590/0103-6351/2103

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Medeiros, João L. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica.* Niterói: Eduff, 2012.

Myrdal, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

Nassif, André. *Desenvolvimento e estagnação: o debate entre desenvolvimentistas e liberais neoclássicos.* São Paulo: Contracorrente, 2023.

Pereira, Hugo C. I.; Carvalho, André R. de. A controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel em "A inflação brasileira". *História econômica & história de empresas,* v. 22, n. 2, 2019, p. 523-50. 10.29182/hehe.v22i2.611

Prebisch, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

Pinto, Álvaro V. *Ideologia e desenvolvimento nacional.* Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

Querido, Fabio M. *Lugar periférico, ideias modernas: aos intelectuais paulistas as batatas.* São Paulo: Boitempo, 2024

Ramos, Guerreiro. *A redução sociológica.* São Paulo: Ubu, 2024.

Rangel, Ignácio de M. O desenvolvimento econômico no Brasil. In: *Obras reunidas*, v. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/Contraponto, 2012a, p. 39-128.

Rangel, Ignácio de M. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. *Obras reunidas*, v. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Contraponto, 2012b, p. 129-202.

Rangel, Ignácio de M. Dualidade Básica da economia brasileira. In: *Obras reunidas*, v. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento/ Contraponto, 2012c, p. 254-85.

Rangel, Ignácio de M. A história da dualidade brasileira. In: *Obras reunidas*, v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012d, p. 655-85.

Rangel, Ignácio de M. Entrevista com o professor Ignácio de Mourão Rangel. Entrevistadores: Armen Mamigonian, Maria Dolores Buss, Raquel Fontes do Amaral Pereira, Everton Vieira Machado, José Messias Bastos. *Geosul*, v. 3, n. 5, 1988, p. 113-39.

Ribeiro, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.25091/S01013300202600030010

Tavares, Álvaro. Ignácio Rangel e Silvia Federici: o trabalho reprodutivo no centro do debate sobre desenvolvimento. *Princípios: teoria, política e cultura*, v. 43, n. 170, 2024, p. 190-205. DOI: 10.14295/principios.2675-6609.2024.170.010

Tavares, Álvaro. Desenvolvimento como transferência de trabalho reprodutivo na obra de Ignácio Rangel: a dissolução do complexo rural à luz da teoria da reprodução social. *Economia e Sociedade*, v. 35, n. 2, 2026, e289753. DOI: 10.1590/1982-3533.2026v35n2.289753

Editores responsáveis: Renata Francisco, Fernando Bee.

Recebido para publicação em 11 de maior de 2026.

Aprovado para publicação em 16 de novembro de 2026.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os livros e ensaios analisados foram informados nas referências bibliográficas.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O autor não utilizou IA durante nenhuma etapa da produção da pesquisa e do artigo.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa recebeu financiamento da Capes (processo n. 88887.836958/2023-00).

CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara não possuir conflitos de interesse.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.